

21ª Edição - 2020

EXAME



C N A I



Previc

NOME: _____

N.º DE INSCRIÇÃO: _____

21º EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

PROVA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC)

QUESTÃO 1: As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) seguem condições e procedimentos emanados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), que estabelecem a obrigatoriedade para os planos de benefício de caráter previdenciário possuir identidade própria e individualizada em todos os aspectos regulamentares, cadastrais, atuariais, contábeis e de investimentos.

No que se refere à manutenção da independência patrimonial de cada plano de benefícios em relação aos demais planos operados pela entidade, assinale a opção **CORRETA**.

- **Resposta:** Cada plano de benefícios de caráter previdenciário deverá manter independência patrimonial em relação aos demais planos de benefícios operados pela entidade fechada de previdência complementar, assim como em relação à entidade que o administra, por meio da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme regulamentação da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- O plano de benefícios de caráter previdenciário deverá manter independência patrimonial em relação aos demais planos de benefícios operados pela entidade fechada de previdência complementar, assim como em relação à entidade que o administra, por meio da segregação de função entre a contabilidade da entidade e a área de controle interno da entidade.
- Cada plano de benefícios de caráter previdenciário deverá manter independência patrimonial em relação aos demais planos de benefícios operados pela entidade fechada de previdência complementar, assim como em relação à entidade que o administra, por meio da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- A independência do plano de benefício é mantida por meio da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme regulamentação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

QUESTÃO 2: Na implementação do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) devem observar vedações apresentadas pela regulamentação aplicada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC). Acerca desse assunto, identifique, nos itens abaixo, os impedimentos apresentados pelo CNPC e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. A reprecificação dos ativos e passivos.
- II. A alteração do resultado individual do plano ou consolidado da EFPC.
- III. A mudança de critérios de precificação.
- IV. As alterações no processo de cadastro dos participantes.

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns):

- I e IV.
- II e III.
- **Resposta: I, II e III.**
- IV.

QUESTÃO 3: A contabilidade das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) deverá ser elaborada respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios previdenciais e assistenciais administrados pela EFPC, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes. Em relação aos balancetes obrigatórios para as EFPC'S, identifique, nos itens abaixo, os tipos de balancetes e, em seguida, assinale a opção CORRETA:

- I. Balancete do Plano de Gestão Administrativa.
- II. Balancete da Patrocinadora.
- III. Balancete Consolidado.
- IV. Balancete do Plano de Benefícios.

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns):

- IV.
- II.
- **Resposta: I, III e IV.**
- I, II e III.

QUESTÃO 4: Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” devem ser ajustados pelo valor de mercado. Na hipótese de recursos administrados pela própria EFPC, a metodologia de apuração do valor de mercado é de responsabilidade da entidade e deve ser estabelecida em consonância com as normas baixadas pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e com base em critérios consistentes e passíveis de verificação. Considerando a norma do CNPC em vigor que regulamenta os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, identifique, nos itens abaixo, os parâmetros que podem ser utilizados pela EFPC e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. O menor preço de negociação no dia da apuração ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior.
- II. O valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

III. O preço médio de negociação no dia da apuração ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior.

IV. O preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

Estão CORRETOS os itens:

- I e III, apenas.
- **Resposta: II, III e IV, apenas.**
- II e IV, apenas.
- I, II, III e IV.

QUESTÃO 5: Considerando a norma do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) para Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), o Plano de Gestão Administrativa (PGA) deverá conter em seu regulamento a fonte de custeio, a forma de constituição e de destinação e/ou utilização do Fundo Administrativo registrado no PGA. Analise as opções abaixo.

I. Utilização em despesas administrativas, quando comprovadamente os custos administrativos da EFPC forem superiores às fontes de custeio do PGA.

II. Utilização em custos de projetos de melhorias nos processos de gestão e reestruturação da EFPC, sem que impliquem aumento de custos fixos do PGA.

III. Destinação para cobertura de gastos com prospecção, elaboração, implantação e fomento de planos de benefícios de previdência complementar, compreendendo: estudo de mercado, negociação com potenciais interessados, planejamento das atividades, esboço do regulamento do plano, implantação, preparação da infraestrutura da EFPC, aprovação do regulamento, divulgação, captação de participantes e para cobertura parcial das despesas administrativas de novos planos de benefícios pelo período máximo de 60 (sessenta) meses após início de seu funcionamento.

IV. Devem servir para cobertura de gastos apenas com prospecção e elaboração de planos de benefícios de previdência complementar, compreendendo: estudo de mercado, negociação com potenciais interessados, planejamento das atividades, esboço do regulamento do plano, implantação, preparação da infraestrutura da EFPC, aprovação do regulamento, divulgação, captação de participantes e para cobertura parcial das despesas administrativas de novos planos de benefícios pelo período máximo de 30 (trinta) meses após início de seu funcionamento.

Estão CORRETOS apenas os itens:

- I e III.
- II e IV.

- I e IV.
- **Resposta: I, II e III.**

QUESTÃO 6: O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) dispõe sobre o prazo de substituição do responsável técnico, do diretor, do gerente e de qualquer outro integrante com função de gerência da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria independente. Com relação ao prazo de substituição, assinale a alternativa CORRETA:

- **Resposta: Em no máximo 5 (cinco) exercícios sociais consecutivos.**
- Em no máximo 4 (quatro) exercícios sociais consecutivos.
- Em no máximo 6 (seis) exercícios sociais consecutivos.
- Em no máximo 7 (sete) exercícios sociais consecutivos.

QUESTÃO 7: O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) regulamenta a prestação de serviços de auditoria independente para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Em relação às Entidades Sistemáticamente Importantes (ESI), identifique quais documentos o auditor independente anualmente deve produzir dentre os listados abaixo.

- Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.
- Relatório circunstanciado sobre as deficiências identificadas no curso dos trabalhos de auditoria e a adequação dos controles internos aos riscos suportados pelas EFPC, bem como recomendações destinadas a sanar essas deficiências.
- Relatório para propósito específico no qual deverá ser avaliada a adequação dos controles internos aos riscos suportados, bem como a governança da EFPC, de acordo com as orientações a serem expedidas pela Previc.
- Relatório para propósito específico no qual deverá ser avaliada a adequação apenas dos controles internos aos riscos suportados da EFPC, de acordo com as orientações a serem expedidas pela Previc.

Estão CORRETOS apenas os itens:

- I e II.
- II, III e IV.
- **Resposta: I, II e III.**
- I e IV.

QUESTÃO 8: Em consonância com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), assinale a opção que apresenta a classificação dos seus investimentos.

- **Resposta: Renda fixa, renda variável, estruturado, imobiliário, operações com participantes e exterior.**
- Renda fixa, renda variável, estruturado, imobiliário, operações com participantes.
- Renda fixa, renda variável, estruturado, imobiliário e exterior.
- Renda fixa, renda variável, imobiliário, operações com participantes e exterior.

QUESTÃO 9: As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) devem observar, em relação aos recursos de cada plano, o limite de alocação para cada segmento de aplicação dos seus investimentos. Acerca desse assunto, identifique, nos itens abaixo, o(s) limite(s) de alocação e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

I. Para investimentos no segmento de Renda Fixa até 100% (cem por cento) dos recursos de cada plano em títulos da dívida pública mobiliária federal interna.

II. Para investimentos no segmento de Renda Fixa até 80% (oitenta por cento) dos recursos de cada plano em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

III. Para investimentos no segmento de Renda Variável até 70% (setenta por cento) dos recursos de cada plano em ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedade por ações de capital aberto cujas ações sejam admitidas à negociação em segmento especial, instituído em bolsa de valores, que assegure, por meio de vínculo contratual entre a bolsa e o emissor, práticas diferenciadas de governança.

IV. Para investimentos no segmento de Renda Variável até 60% (sessenta por cento) dos recursos de cada plano em *Brazilian Depositary Receipts* (BDR) classificados como nível II, observada a regulamentação estabelecida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Estão CORRETOS os itens:

- I e II, apenas.
- **Resposta: I, II e III, apenas.**
- III e IV, apenas.
- I, II, III e IV.

QUESTÃO 10: De acordo com a Instrução que dispõe sobre normas e procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), durante a constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa, a administração deverá adotar alguns percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos. Acerca desse assunto, identifique, nos itens abaixo, o(s) percentual(is) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias.
- II. 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias.
- III. 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias.
- IV. 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

Está(ão) **CORRETO(S)** o(s) item(ns):

- II e III, apenas.
- I e IV, apenas.
- I e III, apenas.
- **Resposta: I, II, III e IV.**

QUESTÃO 11: No registro contábil das operações com ativos de renda fixa com taxas prefixadas e pós-fixadas, a Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) deve observar o seguinte conjunto de regras. Sobre essas regras, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. A aquisição de ativos com taxas pós-fixadas deve ser contabilizada pelo valor efetivamente desembolsado, incluídas as corretagens e os emolumentos, devendo ser evidenciado o ágio e o deságio, a atualização do valor de emissão do ativo e, quando for o caso, os juros decorridos, observando-se o critério *pro rata temporis*, em função do prazo decorrido.
- II. A avaliação dos ativos de renda fixa deve observar apenas a legislação estabelecida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).
- III. A apropriação do ágio, do deságio, dos rendimentos ou dos encargos mensais dessas operações deve ser efetuada mediante a utilização do método exponencial, admitindo-se a apropriação segundo o método linear naquelas contratadas com cláusula de juros simples.
- IV. No ajuste do valor do ativo ao valor de mercado, apenas os acréscimos apurados em relação ao critério *pro rata temporis* devem ser registrados em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida somente as "Rendas/Variações Positivas".

Estão CORRETOS apenas os itens:

- **Resposta: I e III.**
- II e III.
- II e IV.
- I e IV.

QUESTÃO 12: O resultado dos planos de benefícios a ser registrado no balanço da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) deverá ser apurado mediante avaliação atuarial posicionada no encerramento de cada exercício. Ocorrendo fato relevante deverá ser realizada nova avaliação atuarial, posicionada na data da efetivação do fato que a motivou. Considerando as normas regulamentadas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), referente aos critérios para definição da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro e do ajuste de precificação, assinale a opção que apresenta todos os fatos relevantes regulados pela legislação vigente.

- **Resposta: alteração do regulamento com impacto no custo, no custeio ou no resultado do plano de benefícios; (II) a cisão, fusão ou incorporação de planos de benefícios; (III) migração de participantes ou assistidos entre planos de benefícios; (IV) o saldamento de plano de benefícios e a retirada parcial de patrocínio; (V) outros eventos supervenientes com impacto significativo no custo, no custeio ou no resultado do plano de benefícios que necessitem de imediata resposta da EFPC, devidamente fundamentados.**
- (I) alteração do regulamento com impacto no custo, no custeio ou no resultado do plano de benefícios; (II) a cisão, fusão ou incorporação de planos de benefícios; (III) migração de participantes ou assistidos entre planos de benefícios; (IV) a retirada parcial de patrocínio; (V) outros eventos supervenientes com impacto significativo no custo, no custeio ou no resultado do plano de benefícios que necessitem de imediata resposta da EFPC, devidamente fundamentados.
- (I) alteração do regulamento com impacto no custo, no custeio ou no resultado do plano de benefícios; (II) a cisão, fusão ou incorporação de planos de benefícios; (III) migração de participantes ou assistidos entre planos de benefícios; (IV) o saldamento de plano de benefícios; (V) outros eventos supervenientes com impacto significativo no custo, no custeio ou no resultado do plano de benefícios que necessitem de imediata resposta da EFPC, devidamente fundamentados.
- (I) alteração do regulamento com impacto no custo, no custeio ou no resultado do plano de benefícios; (II) a cisão, fusão ou incorporação de planos de benefícios; (III) migração de participantes ou assistidos entre planos de benefícios; (IV) o saldamento de plano de benefícios e a retirada parcial de patrocínio.

QUESTÃO 13: O valor do déficit a ser equacionado pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) deverá ser apurado na avaliação atuarial realizada ao final de cada exercício social. Considerando a resolução e a instrução que regulamentam o equacionamento de déficit de uma EFPC, assinale a opção CORRETA.

- O valor do déficit a ser equacionado poderá, a critério da patrocinadora, ser corrigido entre a data de sua apuração e a data de início do plano de equacionamento, desde que considerado, no mínimo, o seu valor nominal, devendo o critério de correção adotado estar consignado em parecer do atuário responsável.
- **Resposta: O valor do déficit a ser equacionado poderá, a critério da EFPC, ser corrigido entre a data de sua apuração e a data de início do plano de equacionamento, desde que considerado, no mínimo, o seu valor nominal, devendo o critério de correção adotado estar consignado em parecer do atuário responsável.**
- O valor do déficit a ser equacionado deverá, a critério da EFPC, ser corrigido entre a data de sua apuração e a data do último exercício social auditado, desde que considerado, no máximo, o seu valor nominal, devendo o critério de correção adotado estar consignado em parecer do Conselho Deliberativo.
- O valor do déficit a ser equacionado poderá, a critério da EFPC, ser corrigido entre a data de sua apuração e a data de início do plano de equacionamento, desde que considerado, no mínimo, o seu valor nominal, devendo o critério de correção adotado estar consignado apenas em parecer do diretor presidente.

QUESTÃO 14: Em relação à documentação contábil, no que se refere à instrução regulada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), caberá as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) enviar os documentos e informações à Previc de acordo com prazos regulamentados em legislação aplicável vigente. Sobre esse assunto, identifique, nos itens abaixo, a documentação contábil e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Demonstrações contábeis, relatório do auditor independente, parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho Deliberativo, relativos ao encerramento do exercício: até 31 de março do exercício subsequente.
- II. Demonstrações contábeis trimestrais de plano de benefícios, de plano de gestão administrativa e o balancete consolidado em conjunto com o parecer do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo: até o último dia do mês subsequente ao mês de referência de cada trimestre do exercício social auditado.
- III. Relatório circunstanciado sobre as deficiências identificadas no curso dos trabalhos de auditoria e a adequação dos controles internos aos riscos suportados pelas EFPC e o relatório para propósito específico, exigido somente das EFPC classificadas como Entidades Sistemicamente Importantes (ESI): até o dia 30 de maio do exercício subsequente.
- IV. Balancetes mensais de plano de benefícios, de plano de gestão administrativa e o balancete consolidado: até o último dia do mês subsequente ao mês de referência.

Está(ão) **CORRETO(S)** o(s) item(ns):

- II e III, apenas.
- **Resposta: I, III e IV, apenas.**
- II e IV, apenas.
- I, II, III e IV.

QUESTÃO 15: A EFPC poderá contratar, em conjunto ou isoladamente, de forma parcial ou total, plano de benefícios seguro para cobertura dos riscos. Durante os procedimentos de auditoria, o auditor independente deverá observar ocorrências previstas em regulamento. Identifique, nos itens abaixo, tais ocorrências e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Invalidez dos dependentes.
- II. Morte de participante ou assistido.
- III. Sobrevivência de assistido.
- IV. Desvio das hipóteses biométricas.

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns):

- III.
- I, II e III.
- IV.
- **Resposta: II, III e IV.**

QUESTÃO 16: Durante o procedimento de auditoria em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), o auditor independente, ao analisar o processo de decisão de negociação privada de ações deve verificar, no mínimo, a existência de documentação suporte, contemplando diversas etapas. Identifique, nos itens abaixo, a documentação suporte e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Apreciação da operação pelo comitê de investimentos da EFPC ou órgão similar, quando prevista em regulamento interno.
- II. Declaração do administrador ou comitê responsável pela gestão de riscos sobre os riscos envolvidos na operação e declaração do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) de que a operação atende aos requisitos e limites previstos na legislação em vigor.
- III. Aprovação da operação pretendida pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo.
- IV. Aprovação da operação pretendida pela Patrocinadora.

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns):

- III e IV.
- **Resposta: I, II e III.**
- II e III.
- I e IV.

QUESTÃO 17: O Auditor encarregado pela auditoria das demonstrações contábeis da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) verificou um processo de aquisição de ações realizadas pela entidade no último exercício findo, sendo que elas não estavam admitidas à negociação em bolsa de valores, eram patrocinadas por empresa controlada indiretamente pela União e estavam registradas no plano de benefício definido. Identifique, nos itens abaixo, a(s) documentações mínimas que devem ser verificadas pelo auditor, considerando a legislação do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA.**

- I. Ata ou o extrato da ata da reunião do conselho de administração da companhia na qual tenha sido aprovada a emissão, para subscrição pública, de ações ou de bônus de subscrição.
- II. Comprovação de deferimento do registro de distribuição pública primária de ações ou bônus de subscrição de emissão da companhia por parte da Comissão de Valores Mobiliários.
- III. Boletim de subscrição de ações ou bônus de subscrição.
- IV. Expressa autorização da patrocinadora e do seu respectivo ente controlador, nos termos do Art. 29 da Lei Complementar n.º 108, de 29 de maio de 2001.

Está(ão) **CORRETO(S)** o(s) item(ns):

- IV, apenas.
- **Resposta: I, II, III e IV.**
- I, II e III, apenas.
- I e IV, apenas.

QUESTÃO 18: As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) deverão atualizar, periodicamente, as informações cadastrais de seus clientes, sem prejuízo de atualizações circunstanciais, de modo a assegurar constante fidedignidade das

informações. Identifique, nos itens abaixo, os itens mínimos que devem constar no cadastro dos clientes das EFPCs e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Nome completo, sexo, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, estado civil, filiação e nome do cônjuge.

II. Natureza e número do documento de identificação, nome do órgão expedidor contemplando a data da expedição e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

III. Endereço completo (logradouro, complemento, bairro, cidade, unidade da federação e código de endereçamento postal - CEP), número de telefone e ocupação profissional.

IV. Informações acerca dos rendimentos base de contribuição ao plano de benefícios. Excetua-se dessa exigência os casos de clientes classificados como participantes do plano de benefícios de caráter previdenciário administrado pela EFPC.

Estão **CORRETOS** apenas os itens:

- I e III.
- II, III e IV.
- II e IV.
- **Resposta: I, II e III.**

QUESTÃO 19: Considerando a Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementa (Previc) que estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), identifique, nos itens abaixo, o que essas entidades deverão observar no acompanhamento das ocorrências realizadas por pessoas politicamente expostas e, em seguida, assinale a opção **CORRETA.**

I. Aporte ao plano de benefícios efetuado por outra pessoa física que não o próprio cliente ou por pessoa jurídica que não a patrocinadora, cujo valor, de forma isolada dos aportes, em um mesmo mês-calendário, seja igual ou superior a R\$100.000,00 (cem mil reais).

II. Contribuição ao plano de benefícios, pelo cliente, cujo valor se afigure objetivamente incompatível com a sua ocupação profissional ou com seus rendimentos, considerado isoladamente ou em conjunto com o de outras contribuições do mesmo cliente.

III. Aumento substancial no valor mensal de contribuições previdenciárias sem causa aparente.

IV. Negociação com pagamento em espécie a uma mesma pessoa física ou jurídica, cujo valor, isoladamente ou em conjunto com outras operações, seja superior a R\$30.000, 00 (trinta mil reais) em um mesmo mês-calendário.

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns):

- **Resposta: II e III.**
- III e IV.
- I, II e III.
- I e IV.

QUESTÃO 20: As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) que operam planos de assistência à saúde devem seguir, para estes planos, as instruções e a planificação contábil estabelecida pela seguinte Autarquia/Agente:

- **Resposta: Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).**
- Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).
- Superintendência de Seguros Privados (Susep).
- Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNS).

QUESTÃO 21: Em relação aos lançamentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), assinale a opção CORRETA.

- Os lançamentos contábeis serão registrados com base no regime misto, significando que, na determinação do resultado, serão computadas somente as receitas realizadas no mês, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas incorridas quando do fato gerador.
- Os lançamentos contábeis serão registrados com base no Princípio da Competência, significando que, na determinação do resultado, serão computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, sendo necessária a sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas incorridas no mês correspondente.
- **Resposta: Os lançamentos contábeis serão registrados com base no Princípio da Competência, significando que na determinação do resultado serão computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas incorridas no mês correspondente.**
- Os lançamentos contábeis serão registrados com base no regime de caixa, significando que, na determinação do resultado, serão computadas somente as adições positivas auferidas no mês, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas incorridas no mês correspondente.

QUESTÃO 22: Em relação à reavaliação dos investimentos imobiliários das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), assinale a opção CORRETA.

- O produto da reavaliação dos investimentos imobiliários, positivo ou negativo, deverá ser contabilizado, de uma única vez, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, independente do exercício social a que se referir, inclusive o imóvel registrado no Imobilizado.
- **Resposta: O produto da reavaliação dos investimentos imobiliários, positivo ou negativo, deverá ser contabilizado, de uma única vez, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, desde que não ultrapassado o exercício social a que se referir. No caso de imóvel registrado no Imobilizado, a EFPC deverá observar as mesmas exigências legais definidas para os registrados no grupo "Investimentos Imobiliários".**
- O produto da reavaliação dos investimentos imobiliários, positivo ou negativo, deverá ser contabilizado, de uma única vez, no prazo máximo de 240 (duzentos e quarenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, desde que não ultrapassado o exercício social a que se referir, inclusive o caso de imóvel registrado no Imobilizado.
- O produto da reavaliação dos investimentos imobiliários, positivo ou negativo, deverá ser contabilizado, de uma única vez, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, desde que não ultrapassado o exercício social a que se referir. No caso de imóvel registrado no Imobilizado, a EFPC deverá observar as mesmas exigências legais definidas para os registrados no grupo "Investimentos Imobiliários".

QUESTÃO 23: Conforme Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que dispõe sobre procedimentos contábeis, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), no registro contábil do imobilizado, devem observar uma série de regras. Acerca desse assunto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- Nas aquisições e alienações a prazo, os encargos devem ser contabilizados, respectivamente, nas contas de despesas e receitas do PGA.
- As benfeitorias realizadas não devem ser contabilizadas como acréscimo no valor dos respectivos imóveis.
- Os gastos decorrentes da manutenção e conservação de bens próprios ou locados de terceiros devem ser contabilizados em conta de despesa do PGA.
- Os registros do imobilizado devem seguir, no que couber, as regras estabelecidas para os investimentos imobiliários.

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns):

- II e III.
- II.
- I e IV.
- **Resposta: I, III e IV.**

QUESTÃO 24: Considerando a resolução que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos, em relação aos riscos que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) devem identificar, analisar, avaliar, controlar e monitorar na administração da sua carteira própria. Com relação à identificação desses riscos, assinale a alternativa CORRETA:

- Riscos de crédito, de mercado, de liquidez, sistêmico e risco de prestação de serviço.
- **Resposta: Riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes a cada operação.**
- Riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e interno.
- Riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e atuarial.

QUESTÃO 25: Em relação à Política de Investimento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- A política de investimento de cada plano deve ser elaborada pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Fiscal Deliberativo da EFPC, pelo menos, até o final exercício a que se referir.
- A EFPC deve adotar, para o planejamento da política de investimentos dos recursos do plano de benefícios por ela administrado, um horizonte de, no máximo, 48 (quarenta e oito) meses, com revisões semestrais.
- **Resposta: Na política de investimentos, deverá constar informações acerca das operações realizadas em ativos financeiros ligados à patrocinadora, fornecedores, clientes e demais empresas ligadas ao grupo econômico da patrocinadora.**
- A EFPC deve, obrigatoriamente, adotar políticas de investimento específicas para cada perfil de investimento dos seus associados.

QUESTÃO 26: Considerando a Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e suas alterações, que dispõe sobre os procedimentos contábeis da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), durante o registro contábil das operações com cotas de fundos de investimento devem observar certas regras. Sobre esse assunto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA:

- I. A aquisição de cotas de fundos de investimentos deve ser contabilizada pelo valor efetivamente desembolsado, incluindo, quando for o caso, taxas e emolumentos.
- II. A avaliação das cotas dos fundos de investimento deve observar a legislação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- III. A diferença apurada entre o valor contábil e a avaliação conforme legislação da CVM deve ser registrada em conta diferida a ser apropriada ao longo do tempo.
- IV. A avaliação das cotas dos fundos de investimento deve observar a legislação estabelecida somente pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns):

- III e IV.
- **Resposta: I e II.**
- I, III e IV.
- I, II, III.

QUESTÃO 27: Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) definidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) como Entidade Sistemáticamente Importante (ESI), com base em critérios objetivos que levem em consideração porte e relevância, devem constituir Comitê de Auditoria. Identifique nos itens abaixo as atribuições do Comitê de Auditoria e, em seguida, assinale a opção **CORRETA.**

I. Avaliar a eficácia e eficiência das auditorias independentes e internas, quando existentes, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos.

II. Avaliar a aceitação, pela administração da EFPC, das recomendações feitas pelos auditores independentes pelos auditores internos, ou as justificativas para a sua não aceitação.

III. Reunir-se, no mínimo anualmente, com a Diretoria Executiva da EFPC e com os responsáveis, tanto pela auditoria independente, como pela auditoria interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria contábil, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros.

IV. Escolher, em caráter deliberativo, por pessoa jurídica a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário.

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns):

- I e III.
- II e IV.
- **Resposta: II e III.**
- I e IV.

QUESTÃO 28: Com base na Resolução da CNPC que trata do registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA:**

I. As operações de alienação de títulos públicos federais classificados como títulos mantidos até o vencimento, realizadas simultaneamente à aquisição de novos títulos da mesma natureza, com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior ao dos títulos

alienados, não descaracterizam a intenção da EFPC quando da classificação de tais títulos na referida categoria.

II. A EFPC deve registrar na categoria títulos para negociação os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, a depender do prazo a decorrer na data de aquisição.

III. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação devem ser ajustados pelo valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais, balanços e demonstrativo de investimentos dos planos de benefícios administrados pela EFPC.

IV. As perdas de caráter permanente com títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” devem ser reconhecidas imediatamente no resultado do período, não podendo, em nenhum momento, ser revertidas, observando que o valor ajustado em decorrência do reconhecimento das referidas perdas passa a constituir a nova base de custo.

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns):

- I e IV.
- **Resposta: I e III.**
- II e III.
- II e IV.

QUESTÃO 29: Em relação à Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) que dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências, identifique, nos itens abaixo, as atribuições mínimas do Comitê de Auditoria e, em seguida, assinale a opção **CORRETA:**

I. Avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, quando existente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos.

II. Avaliar a aceitação, pela administração da EFPC, das recomendações feitas pelos auditores independentes e pelos auditores internos, ou as justificativas para a sua não aceitação.

III. Recomendar à Diretoria Executiva da EFPC correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

IV. Estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais deverão ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

Está(ão) **CORRETO(S)** o(s) item(ns):

- I, II e IV, apenas.
- I e III, apenas.

- II, III e IV, apenas.
- **Resposta: I, II, III e IV.**

QUESTÃO 30: Em relação à Instrução Previc que contém os documentos a serem enviados por meio do Sistema de Captação de Dados Contábeis e de Investimentos, identifique, nos itens abaixo, os documentos a serem considerados para envio e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**:

- I. O Balanço patrimonial individual comparativo com o exercício anterior.
- II. A Demonstração da Mutação do Patrim nio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior.
- III. A Demonstrac o do Ativo Líquido – DMAL (consolidado) comparativa com o exercício anterior.
- IV. O Demonstrativo do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefícios previdencial) comparativo com o ano anterior.

Está( o) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns):

- I e III.
- **Resposta: II e IV.**
- I e IV.
- II e III.

DISSERTATIVAS

QUESTÃO 26 - As Normas Brasileiras de Contabilidade estabelecem as informa es que devem ser divulgadas pelas empresas em notas explicativas quando forem emitidas e apresentadas as suas demonstra es contábeis. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sabendo da importância das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e em linha com as normas regulamentares emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), emitiu uma Interpreta o Técnica que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estrutura o das demonstra es contábeis, para registro das opera es e varia es patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das notas explicativas a serem adotadas pelas Entidades. Enumere e descreva ao menos sete informa es requeridas nas normas da Previc e do CFC que devem ser divulgadas nas Notas explicativas das EFPC.

QUESTÃO 27 - No exame das demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), o auditor necessita do suporte de especialistas para apoiá-lo na obtenção de evidência de auditoria suficiente e apropriada. Com base nisso, discorra sobre como é realizada a determinação da necessidade de especialista pelo auditor e o que deve ser avaliado quanto à adequação do trabalho por ele realizado; e cite, pelo menos, dois exemplos de especialistas que o auditor necessitará contar na execução do seu trabalho, ressaltando a importância deles.